

O CASO DOS EXPLORADORES DE CAVERNAS: UMA REFLEXÃO SOBRE DIREITO, JUSTIÇA E INTERPRETAÇÃO JURÍDICA

Rosângela Sasso de Oliveira Mattern¹, Maria Luiza Marinho de Mello²

1. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC

2. Docente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC

Autor correspondente: Rosângela Sasso de Oliveira Mattern, matternro@gmail.com

Área: Ciência Jurídica

Introdução: A obra O Caso dos Exploradores de Cavernas, de Lon L. Fuller, propõe uma reflexão aprofundada sobre os limites do Direito, a moralidade e a justiça, por meio de um julgamento fictício que se passa no ano 4300. Fuller, crítico do positivismo jurídico, defende que o Direito deve estar vinculado a valores morais, sendo mais que um sistema normativo. A narrativa apresenta diferentes posicionamentos de juízes da Suprema Corte, representando diversas correntes jurídicas como o positivismo, o jusnaturalismo e o realismo jurídico. Este estudo parte da leitura da obra e tem como objetivo analisar essas correntes teóricas, ressaltando sua relevância para a formação crítica de operadores do Direito. A escolha do tema se justifica pela importância de promover uma compreensão do Direito como instrumento ético e social, capaz de equilibrar legalidade e justiça. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é analisar criticamente a obra O Caso dos Exploradores de Cavernas, destacando como Fuller constrói, por meio de uma narrativa ficcional, diferentes concepções filosófico-jurídicas sobre a aplicação do direito em situações-limite.

Método: A metodologia adotada baseia-se em análise qualitativa e interpretativa da obra literária de Fuller, com enfoque teórico, explorando os elementos jurídicos, filosóficos e morais expressos na construção narrativa dos votos dos juízes fictícios. **Resultados:** A obra evidencia o confronto entre diferentes visões da teoria do direito: o positivismo, o jusnaturalismo, o realismo jurídico e a hermenêutica judicial. Por meio dos votos dos cinco juízes, percebe-se a pluralidade de interpretações jurídicas, filosóficas e morais sobre o mesmo caso. A decisão da Corte, dividida, mantém a sentença da primeira instância, demonstrando a complexidade e a falta de consenso na aplicação da lei. **Conclusão:** Fuller não apresenta uma conclusão definitiva, mas provoca reflexões críticas sobre a relação entre direito, moral e justiça, e sobre a interpretação das normas jurídicas. A narrativa é acessível e valiosa para estudantes e profissionais do Direito, permitindo o confronto dessas ideias opostas e uma análise crítica dos valores que fundamentam o ordenamento jurídico e o papel social do Direito.

Palavras-chave: Justiça social; Direito e moral; Interpretação jurídica; Positivismo Jurídico; Filosofia do direito.